

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-10

Termo de Referência 32/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2026	180224-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-10	ALBERTO JOSE PEREIRA GUEDES	14/04/2026 16:52 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	15/2026	SEI 057.00112971/2026-7

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de equipamentos para implantação de academia de musculação e condicionamento na Base do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dez - CPA/M-10 e Companhia de Ações Especiais de Polícia - CAEP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

MATERIAIS PERMANENTES							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNID (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<p>Leg Press 45° - Profissional</p> <p>Aparelho de Musculação; em preto fosco; dimensões gerais 231,5 x 138,4 x 150,9 cm; peso do produto 209 kg; peso máximo do utilizador 150kg ; peso max de treino 500 kg; resistência inicial 29kg; estofamento em espuma moldada de poliuretano; 4 pinos de armazenamento de peso para placas com o máximo de 25kg (furação olimpica), garantia de 12 meses - TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS</p> <p><i>Marcas de Referência: Movement; Kikos Pro; Lion Fitness; TRG Fitness</i></p>	390821	4800044	Unidade	2	23.643,3400	47.286,68
	Aparelho de Musculação Supino - Profissional						

2	<p>Banco regulável para Supino reto; Estrutura Em Tubo de Aço; Estofado Em 02 Partes, Divisão para Cabeça, Ajuste Mínimo de 04 Alturas de Apoio de Barra; Revestimento do Estofado Em Couro Sintético Na Cor Preta; Acabamento Em Pintura Eletrostática, dimensões gerais (C x L x A) 176 x 201 x 127 cm, com angulação: 180°/170°/155°/150°/145° - garantia de 12 meses -TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS</p> <p><i>Marcas de Referência: Movement; Tonus Fitness; Lion Fitness; Profitness</i></p>	480139	6101887	Unidade	2	9.331,6975	18.663,395
3	<p>Banco Ajustável/Regulável - Profissional</p> <p>ajuste em 6 posições de 0 a 75 graus; assento fixo em 15 graus negativos; rodas integradas; revestimento eletrostático em dupla camada; dimensões gerais (C X L X A) 155cm C x 61cm L x 48cm A, garantia de 12 meses - TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS</p> <p><i>Marcas de Referência: Movement; Ultrawod; MegaGym; Yangfit</i></p>	623742	6102123	Unidade	2	3.026,5755	6.053,151
4	<p>Cadeira Extensora e Flexora - Profissional</p> <p>construído com materiais de alta qualidade; encosto lombar regulável e de fácil ajuste; suporte da tíbia auto ajustável; assento e encosto inclinados; ajuste auxiliar do apoio de pernas; bateria de pesos com 168cm de altura; proteção da bateria de peso frontal e traseira; encosto regulável; revestimento eletrostático em dupla camada; cabos e conexões internamente lubrificados; dimensões (C X L X A) 183.5 x 128.9 x 167.1 cm - peso 192 kg, garantia de 12 meses - TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS</p> <p><i>Marcas de Referência: Movement; Lion Fitness; Profitness; Evolution Fitness</i></p>	480143	3216896	Unidade	2	13.257,4538	26.514,9076
	Maquina Puxada alta e Remada Baixa						

5	<p>(2 em 1) - Profissional</p> <p>Dupla funcionalidade, estofamento Ergonômico, cabos revestidos e roldanas de alta qualidade, 130 kg, em aço, acabamento em alto brilho fosco, medida do banco: 250 x 890 mm</p> <p><i>Marcas de Referência: Movement; Line Fitness; Rino Force: Arzur Fitness</i></p>	473444	6136818	Unidade	2	17.285,3000	34.570,60
6	<p>Cadeira Adutora/Abdutora - Profissional</p> <p>proteção completa dianteira e traseira no alojamento da pilha de pesos; peso total da pilha 100kg; cabos e guarnições lubrificados internamente; Dimensões gerais 80,0 x 177,5 x 170,5 cm; Peso do produto 233,5 kg; amplitude de ajuste do usuário em 8 opções iniciais; pivôs codificados por cores e pontos de ajuste, garantia de 12 meses - TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS</p> <p><i>Marcas de Referência: Conspont;; Kikos Pro; Lion Fitness</i></p>	480142	4690443	Unidade	2	14.263,3333	28.526,6666
7	<p>Multi Estação de Musculação - Profissional</p> <p>Mínimo 20 funções, com smith, pino dos pesos magnético e preso por cabo; buchas auto lubrificantes; chapa de aço sólida, laminada a frio, com buchas de teflon internas; estrutura tubular superdimensionada; revestimento eletrostático; dimensões gerais (C x L x A) 218,4 x 162,4 x 232,4 cm; peso do equipamento 418,8 kg, estofados ergonômicos; suporte de anilhas, eixos e pontos de ajuste sinalizados., Anilhas – 200 kg (100 kg em cada lado) máximo no smith, 100 kg (50 Kg de cada lado) máximo no rack de agachamento livre, 02 torres de peso, 6 Placas de 10 kg + 6 Placas de 5 kg + Top plate de 5 kg, 4 suportes para até 4 anilhas de 25 kg, garantia de 12 meses - TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS</p>	480980	6118763	Unidade	2	30.895,6338	61.791,2676

	<i>Marcas de Referência: Movement; Kikos Pro; Righetto Fitness Equipment; evolution Fitness</i>						
8	<p>Banco para Rosca Scott - Profissional</p> <p>estofados dos braços angulados; eixos e pontos de ajuste sinalizados; assento ajustável; bateria de peso com 168cm de altura; proteção total frontal e traseira da bateria de peso; assento anatômico; apoio para os pés; cabos e conexões internamente lubrificados; acabamento: revestimento eletrostático em dupla camada; DIMENSÕES GERAIS (C X L X A) 121.8 x 127.0 x 167.1 cm, garantia de 12 meses - TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS</p> <p><i>Marcas de Referência: D1Fitness; Rise Equipamentos; Konnen Fitness</i></p>	465068	5765110	Unidade	2	5.557,4845	11.114,969
9	<p>Anilha Emborrachada - Profissional</p> <p>Profissional com Furação Olímpica, anel central e aço inoxidável- furação de 50/51mm - 25 Kg</p> <p><i>Marcas de Referência: Rotha Fitness; MegaGym, D1Fitness; Rope Store; Vollo Sport</i></p>	439828	4822625	Unidade	20	422,7467	8.454,934
10	<p>Anilha Emborrachada - Profissional</p> <p>Profissional com Furação Olímpica – anel central e aço inoxidável- furação de 50/51mm - 20 Kg</p> <p><i>Marcas de Referência: Rotha Fitness; MegaGym, D1Fitness; Rope Store; Vollo Sport</i></p>	370697	6480411	Unidade	20	406,60	8.132,00
11	<p>Anilha Emborrachada - Profissional</p> <p>Profissional com Furação Olímpica – anel central e aço inoxidável- furação de 50/51mm - 10 kg</p> <p><i>Marcas de Referência: Rotha Fitness; MegaGym, D1Fitness; Rope Store; Vollo Sport</i></p>	357265	6480390	Unidade	20	234,76	4.695,20

12	Anilha Emborrachada - Profissional Profissional com Furação Olímpica – anel central e aço inoxidável- furação de 50/51mm - 5 kg <i>Marcas de Referência: Rotha Fitness; MegaGym, D1Fitness; Rope Store; Vollo Sport</i>	357264	6480381	Unidade	20	191,3443	3.826,886
13	Barra olímpica reta - Profissional Material Cromado (Hard Chrome), tamanho de 2,20m – pesando 20kg, grip 28,5mm, com 4 Rolamentos (mínimo)., diametro da manga 50mm <i>Marcas de Referência: D1Fitness (Hard Chrome LPO Top), Fokus (Linha Prostreine), Gears Fitness (Barras LPO e Premium)</i>	614866	6163718	Unidade	8	1.587,0275	12.696,22
14	Barra Reta simples (Standard) - Profissional Material em Aço (maciça) Carbono /Cromada, no tamanho de 1,20m a 1,50m, de 25mm ou 28mm. <i>Marcas de Referência: D1Fitness (Hard Chrome LPO Top), Fokus (Linha Prostreine), Gears Fitness (Barras LPO e Premium).</i>	600223	6247296	Unidade	6	321,11	1.926,66
15	Presilha Lock Press para Barra Olímpica , em plástico ABS de alta resistência com borracha interna, cores vivas Para barras de 50mm (Bitola Olímpica), dimensões (cm): 8 (A) x 8 (C) x 4 (L). <i>Marcas de Referência: Rythmoon; Rope Store</i>	480399	6103472	Unidade	24	79,9740	1.919,376
16	Presilha Lock Press para Barra (Standard) em plástico ABS de alta resistência com borracha interna, Para barras de 25 mm (Bitola Standard),dimensões (cm): 5,5 (A) x 6 (C) x 3,5 (L). <i>Marcas de Referência: Rythmoon; Rope Store</i>	470826	4514980	Unidade	16	57,3420	917,472

17	Barra maciça de 40 cm - Profissional Padrão Standard, com roscas nas pontas, diâmetro de 27mm, maciça de aço cromado maciço, com roscas cromadas, com recartilhamento (área áspera) para pegada firme., comprimento de 40cm, diâmetro de 27mm <i>Marcas de Referência: Odin Fit, Anilhas&Cia</i>	620480	6480454	Unidade	12	241,4913	2.897,8956
18	kit halteres + Suporte -- Profissional 1 a 10 kg (pares de peso), 10 peças pares de 1 a10, sextavado, hexagonal - com suporte vertical, vulcanizado de alta qualidade, com pegada anatômica <i>Marcas de Referência: Kikos Fitness, Anilhas&Cia, Ronco Fitness</i>	373301	6426808	Unidade	2	4.584,46	9.168,92
19	Suporte para Anilhas - Profissional Vertical p/ anilhas olímpicas de aço emborrachadas, acabamento em pintura epoxi, reforçado, na cor preta, capacidade mínima 500 kg, suporte p/ anilhas de 05 a 25 kg, 115 (A) x 62 (C) x 50 (L) garantia de 12 meses - TODAS AS MEDIDAS APROXIMADAS <i>Marcas de Referência: Iniciativa Fitness; Rino Force Equipamentos; Be Stronger; Rei do Fitness; Viking Fitness</i>	482186	5826136	Unidade	2	2.153,9738	4.307,9476
TOTAL						R\$ 293.465,148	

MATERIAIS DE CONSUMO							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNID (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

20	Colchonete para academia Emborrachado com densidade D60 na cor preta - dimensões 90x50x3 - na cor preta, qualidade superior <i>Marcas de Referência: Muvín, Keer Sports e Lup's Sports</i>	629937	6425704	Unidade	40	164,50	6.580,00
21	Corda de pular - Profissional 3 metros, ajustável para diferentes alturas, cabo de aço fino, revestido em PVC ou PU, com manoplas, rolamento speed com sistema de rolamento de esferas rotativas 360 <i>Marcas de Referência: Odin Fit, D1fitness, Luggy Bug, Rythmoon</i>	444293	4368754	Unidade	20	77,8875	1.557,75
22	Piso de Borracha para academia Material borracha vulcanizada de alta resistencia, placas de 100 x 100 cm(atentando aos 220m²); espessura de 15 mm mínima <i>Marcas de Referência: Rinoflex; Vedovati Pisos; Aubicon; Zanflex Pisos; Rino Force;</i>	620884	6345212	M² (metro quadrado)	220	212,9667	46.852,674
23	Cola PU 40 - Poliuretano de alta aderência, balde de 4 kg, selante poliuretano PU em balde, secagem rápida, profissional de qualidade premium, coloração branca, aplicação em borracha de alta resistencia.	636884	6471730	Unidade de 4kg (galão)	30	282,5691	8.477,073

TOTAL						R\$ 63.467,497	

TOTAL GERAL (PERMANENTES + CONSUMO)	R\$ 356.932,6450
--------------------------------------	------------------

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar elaborado nos termos do [Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no [artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O contrato não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição

Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A presente proposta de contratação viabiliza-se mediante o conceito do tripé da sustentabilidade, que diz respeito a um conjunto de três aspectos que são considerados fundamentais para a administração de uma empresa ou de uma organização. Considerando a triple bottom line ou o tripé da sustentabilidade, criado em 1994 pelo empresário britânico John Elkington, destacamos:

Sustentabilidade Ambiental.

4.1.2. Sustentabilidade ambiental visa o uso responsável dos recursos naturais para preservá-los para gerações futuras, promovendo práticas que minimizam danos ao meio ambiente, optar quando possível por produtos de empresas que adotam práticas sustentáveis, como o uso responsável da água e a preservação da biodiversidade.

Sustentabilidade Social

4.1.3. A sustentabilidade social envolve a adoção de práticas que promovam o bem-estar e a justiça social ao longo da cadeia de suprimentos, isso inclui a escolha de fornecedores que garantam condições de trabalho justas, respeitando os direitos dos trabalhadores, apoiar empresas que praticam a inclusão social e que promovem a transparência nas relações comerciais, são essenciais para garantir um impacto positivo na sociedade, essas práticas são fundamentais para uma licitação comprometida com a responsabilidade social e a sustentabilidade.

Sustentabilidade Financeira

4.1.4. Como já adiantamos, a sustentabilidade empresarial diz respeito ao conjunto de todas as práticas realizadas por uma organização em prol de um crescimento consciente, ou seja, que não prejudique o meio ambiente e a sociedade. A contratação ora proposta, por meio dos atos licitatórios, contribui para ampla concorrência, bem como incentiva a criação de soluções de mercado e novas empresas, auxiliando na geração de empregos, injetando dinheiro na economia. Conforme o conceito, a presente contratação está alicerçada nesses três aspectos, os quais interagem de forma harmônica na direção da gestão, garantindo a integridade do planeta e da sociedade, atuando positivamente para a economia do dinheiro público, contribuindo para o crescimento econômico.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Conforme item 1.1.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Veda-se a entrega de materiais/produtos que não estejam em conformidade com a legislação pertinente aos órgãos normatizadores e regulamentadores, como, por exemplo, ANVISA, INMETRO, NBRs., o produto a ser fornecido deverá estar apto ao uso de sua finalidade, seguindo os padrões técnicos da legislação vigente.

Da exigência de amostra

4.4. Não há.

Da exigência de catálogo

4.5. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo em português com informações fidedignas do produto, contendo ficha técnica, fotos e outras informações que se façam necessárias a avaliação assertiva do item, que será enviado por endereço eletrônico a fim de ser analisado pelo Setor de responsável ao correspondente com o produto pretendido.

4.6. Os catálogos poderão ser enviados no endereço eletrônico: cpam10uge@policiamilitar.sp.gov.br ou entregues no **endereço:** Rua Dr. Rubens Gomes Bueno nº 231 - Várzea de Baixo – São Paulo– SP, CEP 04724-003 - Comando de Policiamento de Área Metropolitana dez - CPA/M-10, no prazo limite de **5 (cinco) dias úteis**, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para todos os itens:

4.9. Produto de acordo com o exigido nas **especificações** do **item 1.1.** deste Termo de Referência;

4.10. Produto bem-acondicionado em embalagem adequada (nos casos em que se fizer necessários - de acordo com a particularidade de cada produto/mercadoria).

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se os catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.14. O material final entregue deverá estar idêntico ao catálogo aprovado. Caso a Contratante constate qualquer divergência entre o material aprovado no catálogo, bem como quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir/acrescentar os itens às suas expensas.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Não será exigida carta de solidariedade

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados do empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Quanto ao local de entrega do objeto da licitação, Os objetos dos itens: 1 ao 13, 18 e 19, deverão ser entregues metade no endereço do item "5.3.1.", e a outra metade no endereço do item "5.3.2.", Impreterivelmente, tendo em vista tratar-se de objetos pesados que serão usados em locais diferentes. Quanto aos demais itens, a entrega será no endereço do item "5.3.1.."

5.3.1. Rua Dr. Rubens Gomes Bueno nº 231 - Várzea de Baixo – São Paulo - SP, CEP 04724-003 - Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dez - CPA/M-10.

5.3.2. Rua Manuel Figueiredo Landim, 510 - Campo Grande – São Paulo - SP, 04693-130 Companhia de Ações Especiais de Polícia - CAEP.

5.4. No horário compreendido entre às 08h00min e 17h30min, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento (se for o caso) das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos de atendimento de emergência durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) [\(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput\).](#)

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17\).](#)

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados [\(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II\).](#)

6.7.2. Não se aplica.

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV\).](#)

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso [\(Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º\).](#)

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II\).](#)

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III\).](#)

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV\).](#)

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do [art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

6.9. Não se aplica.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º\).](#)

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX\).](#)

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI\).](#)

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII\).](#)

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do [art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável ([art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do [art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. Não se aplica.

Antecipação de pagamento

7.24. a 7.32. Não se aplica.

8. Forma Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. [107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#). (quando for o caso)

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [§ 3º do art. 2º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023](#). (quando for o caso)

8.13. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 \(arts. 15 a 17 e 146\)](#) - (quando for o caso)

8.14. Não se aplica.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. (quando for o caso)

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)) desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.26.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável;

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

8.28. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional no respectivo órgão de regulamento profissional, em plena validade (quando for o caso)

8.28.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil

8.29. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.29.1. Não se aplica.

8.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante,

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

8.30. Prova de atendimento aos requisitos (quando for o caso)

Outras comprovações

8.31. Não se aplica.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 356.932,64** (trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais com sessenta e quatro centavos). O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.](#)

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO JOSE PEREIRA GUEDES

Cb PM - Auxiliar de Logística



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 16:05:30.

ALEX SANDRO COSTA RODRIGUES

1º Ten PM - Agente de Contratação



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 16:52:57.